

RELATÓRIO E CONTAS

2017

ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

O PRESIDENTE

Stanley Hung Sun Ho

O CONSELHO GERAL

Stanley Hung Sun Ho – Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Beja - Conselheiro

Luís de Melo Champalimaud - Conselheiro

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado – Conselheiro

Francisco Murteira Nabo - Conselheiro

Ambrose So – Conselheiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Stanley Hung Sun Ho – *Presidente*

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – *Vice-Presidente*

Mário José Brandão Ferreira

João Costa Pinto

Pedro Leitão Monjardino

COMISSÃO EXECUTIVA

Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino – *Presidente*

Mário José Brandão Ferreira

Pedro Leitão Monjardino

O CONSELHO FISCAL

Manuel dos Santos Almeida – Presidente

Patrick Huen – Vogal

Francisco Manuel Constantino Pinto – Revisor Oficial de Contas



ESTRUTURA, OBJETIVOS E ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO



1. INSTITUIÇÃO DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho, instituída em oito de Fevereiro de 1999, é uma pessoa coletiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, cujos Estatutos foram publicados no Diário da República nº 53, III Série, de 4 de Março de 1999.

2. OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO

A Fundação Stanley Ho tem por objeto a realização de ações de caráter social, cultural, educativo e filantrópico, que visem a valorização do homem e a promoção dos valores humanistas.

A Fundação desenvolverá a sua ação em todo o mundo, dando especial atenção ao território Português, privilegiando a região onde se encontra sediada e os locais de implantação dos seus investimentos.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1. No prosseguimento dos seus objetivos a Fundação, em 2017, distribuiu subsídios nas áreas da filantropia e acção social.

Em 2017, beneficiaram do apoio da Fundação as seguintes instituições e respetivos projetos:

- **AMI – Assistência Médica Internacional** – subsídio para apoiar o Centro Porta Amiga de Cascais na continuação e aprofundamento do apoio social e médico à população carenciada abrangida pelo Centro.

- **José Furtado Cortes** – subsídio na área da filantropia.
- **Hospital S. Francisco Xavier** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- **Hospital Garcia de Orta - Almada** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos pelas crianças internadas, durante a época Natalícia.
- **Hospital Prisional S. João de Deus** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos dos reclusos internados neste hospital.
- **Estabelecimento Prisional de Sintra** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos dos reclusos deste Estabelecimento Prisional.
- **Associação Dar A Mão** - subsídio para aquisição de brinquedos, para serem distribuídos durante a época Natalícia pelos filhos das reclusas do *Estabelecimento Prisional de Tires*.
- **Associação Remar Portuguesa** - subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelas crianças desta Associação.

- ***Grupo Dramático e Recreativo "Os Leças"*** – subsídio para apoiar a organização da Festa de Natal para as crianças do Alto Seixalino.
- ***CATICA – Centro Comunitário de Coina*** – subsídio para aquisição de brinquedos para serem distribuídos durante a época Natalícia pelas crianças desta Instituição.
- ***Escola Mestre Domingues Saraiva*** – Oferta de equipamento de desporto para os jovens carenciados que fazem parte da equipa de atletismo, desta instituição de ensino.
- ***Município de Vendas Novas*** – Subsídio para apoiar as Festas do Concelho de Vendas Novas.
- ***Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas*** – Subsídio para apoiar a publicação da obra sobre a história desta Instituição "*Santa Casa da Misericórdia de Vendas Novas – Um Século de Bem Fazer*".
- ***Santa Casa da Misericórdia de Canha*** – Subsídio para apoiar o evento solidário – "*Corrida pela Arte*"
- ***Livremente Produções*** - Subsídio para apoiar a produção da série documental "*Macau 20 anos depois*".

- ***Banda Sunny Side UP*** – apoio para apresentação, no Museu do Oriente, em Lisboa, do concerto intitulado "*Pessoa*".
- ***Kin Man Cheong*** – Subsídio para apoiar a sua deslocação a Portugal, para apresentação da curta-metragem "*Uma Ficção Inútil*" na Conferência Internacional de Cinema-Arte, Tecnologia e Comunicação que decorreu em Avanca.
- ***Dr^a Maria Burguete*** – Subsídio para apoio à organização da "*VI Conferência Internacional Science Matters*" que decorreu no Centro Cultural de Cascais.

3.2. Em 2017, o valor dos ónus relacionados com a afetação aos herdeiros nomeados pelo Fundador, nos termos estatutários, não se verificaram, dado o resultado operacional da Fundação ter sido negativo.

A verba de euros 405.336, que constitui passivo da Fundação e respeitante aos ónus referidos, será liquidada oportunamente aos herdeiros por terem atingido a maioridade.

A situação fiscal decorrente da regularização daqueles ónus estatutários será a que for determinada pela Autoridade Tributária quando a Fundação proceder à entrega dos montantes em questão.



FUNDAÇÃO
Stanley Ho

**SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA DA FUNDAÇÃO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

[Handwritten signature]

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONÓMICA

4.1. SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira da Fundação reportada a 31 de Dezembro de 2017 é revelada pelo seu Balanço da mesma data e de onde se conclui o seguinte:

4.1.1. ATIVO

A Fundação atingiu um Ativo no valor em euros de 12.294.949,72, onde se destacam as verbas correspondentes a ativos fixos tangíveis (terrenos e prédios em fase de regularização do seu registo predial), investimentos financeiros (prédios e participações financeiras), depósitos bancários, carteira de títulos mobiliários, existência de produtos acabados maioritariamente relacionados com a existência de vinhos engarrafados e a granel, ativos imobiliários detidos para venda e devedores diversos.

A carteira de valores mobiliários detida pela Fundação no valor de euros 4.089.078, constituída por depósitos bancários, papel comercial, obrigações e ações, na proporção, respetivamente, depósitos bancários e papel comercial 8%, obrigações 63% e ações 29%, apresentou em 2017 uma rentabilidade positiva de 6,8%.

O resultado da carteira reflecte o comportamento positivo das obrigações, ações e depósitos a prazo. É um resultado razoável, dado o valor baixo de inflação em 2017 na Economia Nacional e um risco satisfatório nos investimentos em gestão.

Os investimentos financeiros constituídos pelas participações financeiras líquidas de imparidades, aplicações financeiras constantes da carteira de títulos, caixa e depósitos bancários atingem um montante total de euros 7.027.117 em 2017 que se compara com euros 6.940.502 em 2016.


Os ativos fixos tangíveis líquidos de depreciações e imparidades correspondentes aos terrenos, edifícios e equipamentos relacionados com o desenvolvimento de actividades agrícolas e às instalações administrativas atingem o valor de euros 2.439.634 no presente exercício, que se compara em euros 2.478.513 em 2016.

As propriedades de investimento relacionadas com edifícios e outras construções atingem o valor de euros 1.095.265, valor este igual ao do exercício anterior.

Os investimentos financeiros atingem o valor de euros 1.568.033, superior ao do exercício anterior e correspondem às participações financeiras no Banco Português de Gestão e nas sociedades Mundinter e Finansol e aos investimentos em papel comercial de grandes empresas nacionais.

As participações financeiras no Banco Português de Gestão e na empresa Mundinter foram objeto de criação de imparidades, respetivamente de euros 363.345,00 e euros 6.068,00.

9



Os ativos não correntes detidos para venda, neste exercício apresentam um valor inferior ao do ano anterior e correspondem aos valores do imobiliário decorrente dos lotes do terreno urbanizado em Valejas, Concelho de Oeiras, Distrito de Lisboa, para comercialização, que atingem o montante de euros 969.354,61. O valor deste ativo tem vindo a diminuir por se terem efetuado vendas, dada a melhoria ocorrida no mercado naquela zona. Todavia o valor de venda dos lotes é inferior ao valor registado no Balanço. No que se refere aos inventários, existências de produtos relacionados com as vinhas, o valor atinge neste exercício o montante de euros 225.000, superior em euros 21.782 relativamente ao exercício anterior.

Em 2017, a rubrica Devedores Diversos, atinge o valor de euros 530.992, superior em euros 47.844 relativamente ao ano anterior.

O montante desta rubrica reflete o valor de euros 227.810 referente às rendas dos edifícios ocupados pelo Hospital Particular que não foram liquidadas. A empresa Hopalis, proprietária do Hospital Particular apresentou-se à falência e encontra-se em situação de liquidação judicial. A Fundação foi considerada pelo Tribunal como credora da massa falida. No entanto o processo que deu entrada em 2014 apenas foi apensado ao processo de insolvência em final de 2017, pelo que continuamos a aguardar o pagamento, pelo menos parcial, das referidas rendas.

4.1.2. PASSIVO

O Passivo Corrente da Fundação atinge o valor em euros de 985.922 inferior em euros 5.382 relativamente ao ano anterior, sendo representado pelas seguintes rubricas:

- O montante de euros 405.336, correspondente aos custos estatutários, respeitando a valores a afetar a fundos. Trata-se de obrigações da Fundação assumidas, nos termos dos seus estatutos, perante os herdeiros do Fundador aquando das doações de patrimónios ou entregas de fundos pelo Fundador. Este montante será entregue aos herdeiros do Fundador, conforme já foi referido no ponto 3.2 deste Relatório.
- O montante de euros 500.000,00 corresponde ao saldo em dívida de empréstimo concedido pelo Fundador para reforço da situação financeira da Fundação.
- A rubrica Credores Diversos atinge o valor de euros 80.585, inferior em euros 3.902 relativamente ao ano anterior, e corresponde às dívidas correntes com fornecedores e outros credores.

4.1.3. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O valor da situação líquida da Fundação passou do montante de euros 11.401.644 em 2016 para euros 11.309.028 em 2017.

A diminuição decorre do resultado negativo registado no exercício no valor de euros 95.116.

4.2. SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica da Fundação é demonstrada pelo Mapa dos Rendimentos e Gastos de onde se conclui o seguinte:

4.2.1. RENDIMENTOS E OUTROS

- Os rendimentos decorrentes das vendas da actividade agrícola em 2017 atingiram o valor de euros 230.929, e corresponde às vendas de mercadorias e prestação de serviços no âmbito da actividade agrícola, permitindo um crescimento de 24% no ano.
- Deste valor destaca-se a venda de uva que atingiu o montante em euros de 107.649, a venda de vinho engarrafado e a granel no valor de euros 114.248, dos quais 45.407 euros correspondem a vinho engarrafado destinado à exportação para a China, Macau e Timor.

Neste exercício não ocorreu a venda de cortiça o que acontecerá, previsivelmente, em 2020, com impacto muito positivo na margem comercial dos produtos agrícolas.

- No exercício, a produção vinícola permitiu uma variação positiva dos inventários de euros 21.782.
- A verba de receitas correspondente aos valores das rendas de imóveis, rendimentos dos investimentos financeiros e outros, atingiram um total de euros 55.607.



- O rendimento e o aumento do justo valor dos investimentos em instrumentos financeiros, juros de obrigações e de depósitos bancários e dividendos de ações atingiu o valor de euros 181.278, obtendo-se um aumento muito elevado em relação ao exercício anterior, decorrente de uma rentabilidade de cerca de 7% da carteira de títulos mobiliários e dos juros dos depósitos bancários muito significativos, dada a elevada liquidez dos ativos da Fundação. A carteira de títulos da Fundação é gerida pelo Banco Português de Gestão e a rentabilidade alcançada resulta de juros de depósitos bancários e obrigações de risco soberano ou empresarial, dividendos de ações e de mais valias obtidas nos títulos.

4.2.2. CUSTOS E OUTROS

- As despesas mais significativas neste exercício respeitam:
 - às despesas com pessoal no valor de euros 138.160, com uma variação muito reduzida relativamente ao ano anterior;
 - às despesas com fornecimentos e serviços externos no valor de euros 77.182, muito inferior ao exercício anterior;
 - aos subsídios atribuídos pela Fundação no valor de euros 12.567, superior ao valor do ano anterior.

O quadro de pessoal é composto por cinco elementos, não tendo ocorrido alteração relativamente ao exercício anterior.

As despesas com os órgãos sociais no valor de euros 6.627, idêntica ao ano anterior, respeitam apenas aos honorários com o Revisor Oficial de Contas, membro do Conselho Fiscal da Fundação, na medida em que no exercício corrente os membros do conselho de administração e os restantes membros dos órgãos Sociais não usufruíram quaisquer remunerações.

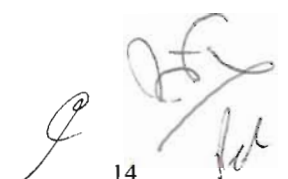
No exercício de 2018 foi eleito um administrador que vai beneficiar de uma remuneração.

- O cálculo da margem bruta das vendas da uva e do vinho, resulta do valor das vendas somado à variação positiva das existências no final do ano e abatido do custo das mercadorias vendidas e matérias primas consumidas.

A margem bruta obtida por aquela diferença, atinge um valor na ordem de euros 66.627, bastante superior ao ocorrido no exercício anterior, permitindo alguma contribuição para a cobertura das restantes despesas da Fundação.

Conforme já mencionado, neste exercício as vendas referem-se apenas às uvas e aos vinhos, dado que não ocorreu venda de cortiça.

- A rubrica de imparidades e outros gastos e perdas apresenta um saldo negativo de euros 369.413 e decorre da criação de uma imparidade de euros 363.345 no investimento em ações do BPG e de euros 6.068 no investimento em ações da empresa Mundinter.



- Os gastos com as amortizações no valor de euros 63.302 baixaram significativamente em relação ao ano anterior.
- Neste exercício ocorreram a venda de dois lotes da urbanização em Valejas, concelho de Oeiras, propriedade da Fundação. Desta alienação resultou um prejuízo no valor de euros 91.931, decorrente das condições do mercado imobiliário naquela zona.
- Em 2017 não ocorreram custos com os herdeiros do Fundador por a Fundação ter apresentado um resultado operacional negativo, não permitindo o benefício anual.
- Neste exercício não ocorreu o imposto sobre o rendimento por o resultado ter sido negativo.

4.2.3. SALDO

O saldo de rendimentos e gastos é negativo e o seu valor atinge o montante de euros 95.116, muito inferior relativamente ao exercício anterior.

Este resultado negativo poderia ter sido praticamente anulado se as alienações dos lotes de Valejas tivessem atingido os valores constantes do Balanço.



5. PERSPETIVAS FUTURAS

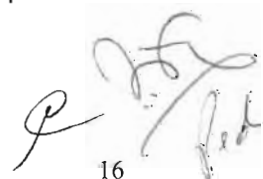
No exercício de 2018 prevê-se que não ocorra uma variação significativa no volume de venda dos produtos da vinha relativamente ao exercício anterior. Não está prevista este ano a venda de cortiça, dada a sazonalidade deste produto.

O mercado nacional do vinho é de difícil penetração, apesar de se ter vindo a aumentar as vendas do vinho engarrafado através do nosso distribuidor para o mercado nacional.

Assim, prevê-se continuar a desenvolver esforços no sentido de exportar o nosso produto, cuja qualidade tem vindo a afirmar-se, mesmo que, para o efeito, se tenha de suportar alguns custos na promoção do vinho no estrangeiro.

No que se refere à venda de lotes de terreno localizados em Valejas, concelho de Oeiras, propriedade da Fundação, começa a sentir-se uma melhoria no mercado imobiliário prevendo-se, por isso, que em 2018 ocorra a venda de alguns lotes e a preços um pouco superiores aos contratados em 2017, apesar de que, provavelmente, não atingirão os valores de balanço estes ativos.

No que respeita à carteira de títulos, esperamos que ocorra uma rentabilidade de valor inferior à verificada no ano 2017 que foi de cerca de 7%, mas aguardamos que o resultado seja positivo e superior à inflação no País.

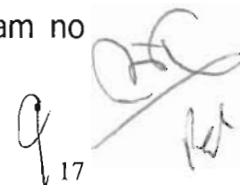


Em 2018 vai procurar-se avaliar a possibilidade de transformar o edifício sito na Rua do Salitre, em Lisboa, propriedade da Fundação, em apartamentos para colocar no mercado de arrendamento e de venda, dada a procura deste tipo de produtos nesta área de Lisboa, a preços que justificam o investimento. Considera-se que o imobiliário é uma opção adequada para o aumento do rendimento da Fundação resultando uma taxa de rendibilidade atrativa, com risco inferior aos investimentos em títulos mobiliários e contribuindo para a diversificação dos investimentos da Fundação com impacto positivo no risco.

Em 2018 a Fundação pretende dar continuidade ao reforço da afirmação da Instituição, junto das comunidades regionais onde se encontra sediada ou nos locais de implantação dos seus investimentos, através de distribuição de subsídios.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 13-A/2013, publicada no Diário da República, 1ª série, de 8 de Março de 2013, com as decisões finais tomadas na sequência do Censo às fundações determinado pela Lei nº 1/2012, classificou a Fundação Stanley Ho entre as "*fundações com decisões de manutenção ou sem decisões de alteração*" mantendo-se também o seu estatuto de utilidade pública.

No entanto, a publicação da Lei-Quadro das Fundações, através da Lei nº 24/2012, de 9 de Julho, veio impor determinadas regras às fundações designadamente a reapreciação do estatuto de utilidade pública que lhes havia sido atribuído. Dando cumprimento a esta disposição legal, a Fundação Stanley Ho submeteu à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros o pedido de confirmação do estatuto de utilidade pública tendo, em Setembro de 2013, sido notificada para audiência prévia a respeito das conclusões da instrução do processo que iam no sentido da intenção de indeferimento do pedido.



17

A pronúncia ao projecto de decisão deu entrada na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros em 24 de Setembro de 2013, continuando-se a aguardar o despacho com a decisão final que a tal pronúncia vier a merecer.

Em 2017 a Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros deferiu o pedido de alteração de estatutos da Fundação, de acordo com as exigências da atual Lei Quadro das Fundações.

6. **VOTO DE PESAR**

A Comissão Executiva lamenta o falecimento do Membro do Conselho Geral Dr. Medina Carreira, relevando todo o seu apoio ao desenvolvimento desta Instituição.

Lisboa, 17 de maio de 2018

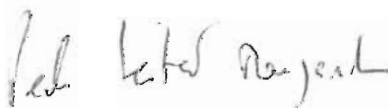
A COMISSÃO EXECUTIVA



Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino
Presidente



Mário José Brandão Ferreira
Vogal



Pedro Leitão Monjardino
Vogal



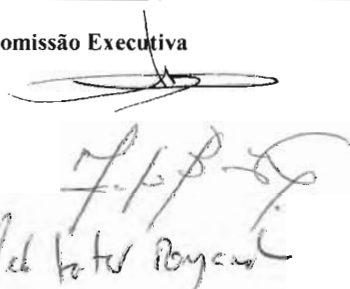
FUNDAÇÃO
Stanley Ho

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GASTOS

BALANÇO DA FUNDAÇÃO STANLEY HO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ACTIVO	Notas	2017	2016
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	4	2.439.633,79	2.478.512,74
Propriedades de Investimento	5	1.095.265,22	1.095.265,22
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros	6	1.568.032,71	1.304.569,29
Activos Não Correntes Detidos para Venda	7	969.354,61	1.188.285,71
Total do Activo não corrente		6.072.286,33	6.066.632,96
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	10	225.999,75	204.217,81
Devedores Diversos	8	530.992,31	483.147,88
Diferimentos	9	6.587,48	3.015,59
Outros Activos Financeiros	11	3.777.671,23	569.194,55
Caixa e Depósitos Bancários	3.1d), 12	1.681.412,62	5.066.738,24
Total do Activo Corrente		6.222.663,39	6.326.314,07
TOTAL DO ACTIVO		12.294.949,72	12.392.947,03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		2017	2016
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		551.520,83	551.520,83
Doações Diversas		18.358.023,23	18.355.523,23
Resultados Transitados	13	(7.505.400,56)	(4.813.494,42)
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais		0,00	0,00
Resultado líquido do período		(95.115,67)	(2.691.906,14)
TOTAL DO FUNDO DE CAPITAL		11.309.027,83	11.401.643,50
PASSIVO CORRENTE			
Valores a Afectar a Fundos	14	405.336,31	405.336,31
Financiamentos Obtidos	15	500.000,00	500.000,00
Diferimentos	16	0,00	1.480,17
Credores Diversos	17	80.585,58	84.487,05
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE		985.921,89	991.303,53
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		12.294.949,72	12.392.947,03

A Comissão Executiva



7-1-18-18
Pedro Paulo Pimenta

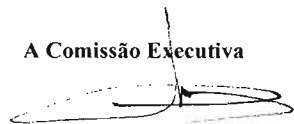
O Contabilista Certificado



**DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS E GASTOS DA FUNDAÇÃO STANLEY HO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	3.1 e), 18	230.928,64	186.042,11
Subsídios, doações e legados à exploração			
Variação nos inventários da produção	20	21.781,94	(22.005,36)
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(186.083,53)	(130.045,76)
Fornecimentos e serviços externos	22	(77.181,88)	(450.649,04)
Custos Estatutários	21		
Subsídios Atribuídos	21	(12.566,37)	(11.965,96)
Gastos com o pessoal	23	(138.160,35)	(137.536,47)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)		(6.068,29)	(252.099,36)
Aumentos/reduções de justos valor	24	87.931,20	13.642,54
Outros Rendimentos e Ganhos	25	55.606,96	105.628,69
Outros Gastos e Perdas	26	(101.348,87)	(1.984.503,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. E impostos		(125.160,55)	(2.683.491,61)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(63.301,62)	(101.450,97)
Resultado operacional (antes de gastos de financ.e impostos)		(188.462,17)	(2.784.942,58)
Juros e rendimentos similares obtidos	27	93.346,50	93.746,07
Juros e gastos similares suportados	28		(709,63)
Resultado antes de impostos		(95.115,67)	(2.691.906,14)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(95.115,67)	(2.691.906,14)

A Comissão Executiva



O Contabilista Certificado



Handwritten signature and text:
Pedro António Marques

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO
EXERCÍCIO DE 2017**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, examinou o relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos e o respetivo anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e, consequentemente, vem submeter à vossa apreciação o seu relatório e parecer.
2. No decurso do exercício acompanhámos com regularidade a atividade da Fundação e a sua gestão, tendo recebido do Conselho de Administração e dos Serviços todos os esclarecimentos sobre a gestão da Fundação no ano 2017.
3. Durante o exercício verificámos com regularidade os livros, os registos contabilísticos, os documentos que lhes servem de suporte e demais documentação, contabilizados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e, constatamos a observância da lei e dos estatutos.
4. Tomámos conhecimento do conteúdo da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual emitidos, nos termos da lei em vigor, pelo membro que exerce funções na qualidade de Revisor Oficial de Contas, documentos que merecem a nossa concordância.
5. O relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, explicita e complementa as peças contabilísticas e dá relevo aos aspetos mais importantes da actividade da Fundação e da sua gestão.
6. Em nossa opinião, o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos Rendimentos e Gastos, o Anexo, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação patrimonial e financeira e dos resultados da Fundação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.



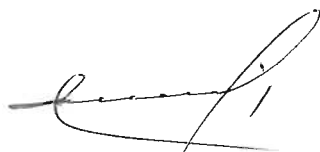
PARECER

7. Com base no relatório exposto, somos de parecer que:

- Sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas.

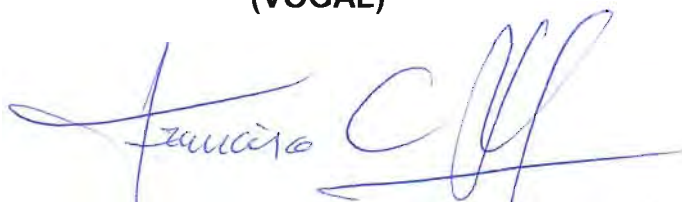
Lisboa, 25 de junho de 2018

O CONSELHO FISCAL



**MANUEL DOS SANTOS ALMEIDA
(PRESIDENTE)**

**PATRICK HUEN
(VOGAL)**





**FRANCISCO MANUEL CONSTANTINO PINTO
(REVISOR OFICIAL CONTAS Nº 694)**



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

25

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de **FUNDAÇÃO STANLEY HO**, que compreendem a demonstração da posição financeira / o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 12.294.949,72 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.309.027,83 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 95.115,67 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Na minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **FUNDAÇÃO STANLEY HO** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A minha responsabilidade nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identifiquei e avaliei os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebi e executei procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtive prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtive uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliei a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Conclui sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se conclui que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliei a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comuniquei com os encarregados de governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

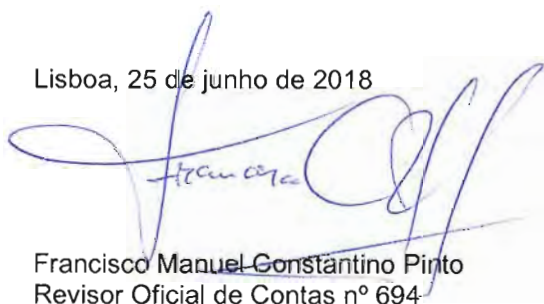
A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Lisboa, 25 de junho de 2018



Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial de Contas n.º 694



**ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO
EXERCÍCIO DE 2017**

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados referente ao exercício de 2017

1. Nota introdutória

A Fundação tem a sua sede social na Av. Infante D. Henrique, nº 65 e foi constituída em 8 de Fevereiro de 1999 e tem como atividade principal a realização de ações de carácter social, cultural, educativo e filantrópico.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data da transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

b) Pressuposto da continuidade

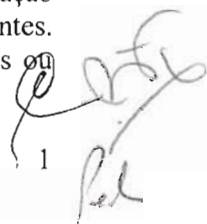
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outras Contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Ao ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” são classificados como ativos ou passivos não correntes.



1

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substancia contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo as demonstrações financeiras.

h) Derrogações das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

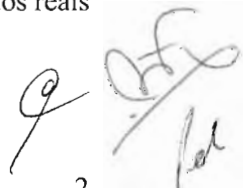
3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que os Administradores formulem julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.



3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos intangíveis

O único ativo fixo intangível encontra-se registado ao custo de aquisição e está totalmente amortizado.

b) Impostos sobre o rendimento do período

Fundação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa geral.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (10 anos para a segurança social, até 2000 inclusive, e 5 anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

c) Clientes e Outros valores a receber (Devedores diversos)

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” (devedores diversos) não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuindo de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica “Imparidades de dívidas a receber”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

d) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa.

Esta rubrica inclui Caixa e Depósitos À Ordem em bancos.

e) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Fundação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Fundação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Fundação baseia as estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.



3

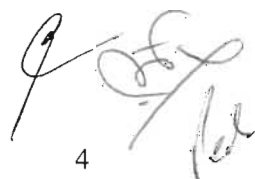
4. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	2 914 918	2 914 918
Edifícios e outras construções	2 355 481	2 354 041
Equipamento básico		
Equipamento transporte	423 618	421 118
Equipamento administrativo	13 479	12 520
Equipamento biológico	194	194
Outros activos fixos	419 550	400 027
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	- 63 302	- 101 451
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-3 624 305	-3 522 854
	-3 687 607	-3 624 305
Valor líquido contabilístico	2 439 633	2 478 512

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2017 são analisados como segue:

(valores em euros)				(valores em euros)			
Descrição	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	2 914 918	-					2 914 918
Edifícios e outras construções	2 354 041	1 440					2 355 481
Equipamento básico	-						-
Equipamento de transporte	421 118	2 500					423 618
Equipamento administrativo	12 520	959					13 479
Equipamentos biológicos	194						194
Outros activos fixos tangíveis	400 027	19 523					419 550
	6 102 818	24 422	-	-	-	-	6 127 240
Depreciação acumulada e imparidade							
Terrenos e recursos naturais	(911 379)	(283)					(911 662)
Edifícios e outras construções	(1 938 945)	(45 771)				-	(1 984 716)
Equipamento básico							
Equipamento de transporte	(356 822)	(12 366)		-			(369 188)
Equipamento administrativo	(13 611)	(1 251)				-	(14 862)
Equipamentos biológicos	(194)						(194)
Outros activos fixos tangíveis	(403 355)	(3 631)				-	(406 986)
	(3 624 306)	(63 302)	-	-	-	-	(3 687 608)
Total	2 478 512						2 439 632

5. Propriedades de investimento

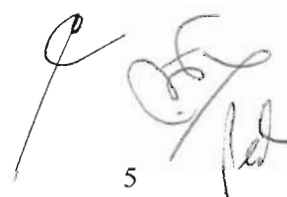
Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Activo não corrente		
Edifício e outras construções		
Quinta do Conde em Colares	448 948	448 948
Av. Luis Bivar, nº26	-	-
Av. Luis Bivar, nº30	-	-
Predio na Rua Salitre	646 317	646 317
Total	1 095 265	1 095 265

6. Investimentos Financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Investimentos Financeiros		
Participações de capital		
Banco Português de Gestão	1 319 470	1 319 470
Mundinter	6 686	6 686
Finansol, SGPS, SA	277 332	277 332
Empréstimos concedidos		
Mundinter	42 070	64 195
Outros Investimentos		
FCT (Fundo Compensação)	361	231
Papel Comercial	291 527	
Perdas por imparidade		
Banco Português de Gestão	(363.345)	(363.345)
Mundinter	(6.068)	-
Total	1 568 033	1 304 569

5

7. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo não corrente		
Prédio Valejas	969 355	1 188 286
Total	969 355	1 188 286

8. Devedores Diversos

A rubrica de devedores diversos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Devedores Diversos		
Clientes	168 541	140 610
Outros devedores e credores	281 019	267 347
Estado e outros entes publicos	81 432	75 190
Total	530 992	483 148

9. Diferimentos

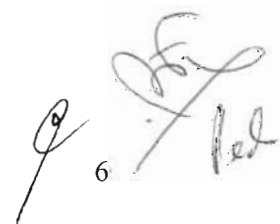
A rubrica diferimentos é analisada como segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Activo Corrente		
Diferimentos		
Seguros	1 199	3 016
Comissão garantia	-	-
Rendas	5 352	-
Diversos	37	-
Total	6 587	3 016

10. Inventários

A rubrica de inventários é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Produtos acabados		
Armazem Vale Cebolas	150 188	123 324
Armazem Colares	75 812	80 894
Total	226 000	204 218

11. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Activos Financeiros		
BPG		
Obrigações	1 520 874	410 508
Acções	2 256 797	158 687
Total	3 777 671	569 195

12. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	101	223
Depósitos à ordem	146 311	26 516
Depósitos a prazo-BPG	1 535 000	5 040 000
Total	1 681 412	5 066 739

13. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo do exercício anterior no montante de -2.691.906,14 euros. A rubrica de resultados transitados inclui igualmente prejuízos de exercícios anteriores.

14. Valores a afetar a fundos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Valores a afectar a fundos	405 336	405 336
Total	405 336	405 336

Estes valores estão afetos aos filhos do Dr. Stanley Ho através da escritura de doação.




15. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Dr. Stanley Ho Conta caucionada BPG	500 000	500 000
Total	500 000	500 000

16. Diferimentos Passivo Corrente

A rubrica diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	-	1 480
Total	-	1 480

17. Credores Diversos

A rubrica “Credores diversos” em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 tinha a seguinte composição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Credores Diversos		
Fornecedores	11 834	23 634
Remunerações a liquidar	16 837	15 614
Outros credores por acrescimo	4 741	6 996
Outras contas a pagar	41 207	33 116
Estado e outros entes publicos	5 967	5 127
	80 585	84 487

18. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Vendas	221 941	174 543
Serviços prestados	8 988	11 499
	230 929	186 042

19. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Esta rubrica é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	Mercadorias	Matérias Primas e Matérias Subsidiárias	Embalagens
1 Inventários iniciais			
2 Compras	0	183 083	3 000
3 Reclassificação e regularização de inventários			
4 Inventários finais			
5 CMVMC (5=1+2+3-4)	0	183 083	3 000

20. Variação nos inventários da produção

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	Produtos acabados
1. Inventários iniciais	204 218
2. Inventários finais	226 000
Variação da produção (2-1)	21 782

92

9

9

21.Subsídios atribuídos e Custos Estatutários

Os custos estatutários não se alteraram porque houve prejuízo no presente exercício, como se exemplifica nos cálculos abaixo:

Os subsídios e os custos estatutários analisam-se da seguinte forma:

	Doações	%	R.Operacionais
Dr. Stanley Ho	16 955 241,88	92%	-15 740,23 (A)
Fundação Oriente	1 397 781,35	8%	-1 297,62
TOTAL	18 353 023,23	100%	-17037,85 (B)

Custos Estatutários

(A) x 25%

-3 935,06

MÁRIO HO YAU KWAN (1995)

-1 311,69

ALICE HO CHIU YAN (1999)

-1 311,69

TOTAL

-2 623,37

NOTA:

(B) = Total Rendimentos (C/71+C/72+C/73+C/77+C/78+C/79) – CMVMC (C/61) – FSE (C/62)
- Gastos Pessoal (C/63) - Gastos Financeiros (C/66+C/6886+c/687)





Custos Estatutários e Subsídios

Rubricas	2017	2016
1. Custos estatutários com herdeiros	0,00	0,00
2. Subsídios	12 566,37	11 965,96
Grupo "Os Leças" - Alto Seixalinho	150,00	150,00
Hospitais Publicos, Estabelec. Prisionais, Assoc. Dar a Mão e Centro Comunitário de Coima	1.726,37	1 488,96
Santa Casa Misericórdia Vendas Novas	750,00	
Santa Casa Misericórdia Canha	500,00	
Fundação AMI	2 000,00	2 000,00
Município Vendas Novas	1 845,00	1 845,00
José Fortunato Cortes	2 250,00	2 250,00
Grupo Sportivo Dramático Cascais	0,00	2 500,00
Escola Mestre Saraiva	500,00	732,00
Patrocínio " Apresentação do Concerto Pessoa"	1 000,00	500,00
Apoio à Produção Série Documental "Macau"	615,00	
Conferencia Internacional Science Matters	750,00	
Kin Man Cheong—apoio para apresentação curta-metragem	480,00	
	12 566,37	11 965,96

Neste exercício, como a Fundação Stanley Ho teve prejuízo não existe lugar a imputação dos custos estatutários a atribuir aos herdeiros atribuir aos herdeiros da Fundação, como se pode verificar nos cálculos e na tabela acima.




22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	23 925	354 910
Publicidade e propaganda	-	100
Honorários	6 199	28 022
Conservação e reparação	4 141	26 458
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 289	1 546
Material de escritório	637	2 804
Energia e fluidos:		
Electricidade	321	703
Combustíveis	6 681	6 977
Água	198	177
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	583	1 550
Serviços diversos:		
Comunicação	4 202	4 070
Seguros	2 780	7 493
Limpeza, higiene e conforto	505	2 685
Outros serviços	38 289	25 120
	89 749	462 615





23. Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	6 627	6 627
Remunerações do pessoal	103 300	102 908
Encargos sobre remunerações	21 906	21 867
Seguro acidentes trabalho	5 318	5 489
Outros	1 009	645
	138 160	137 536

O número médio de empregados ao serviço da Fundação no exercício de 2017 foi de 5.

24. Aumentos/reduções de justo valor

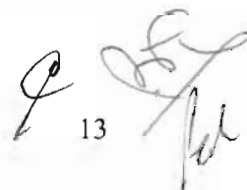
A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Ganhos por aumento de justo valor	159 431	87 900
Perdas por reduções de justo valor	(71 500)	(74 257)
	87 931	13 643

25. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Rendimentos e ganhos em investim. não financeiros	10 419	42 231
Outros	43 105	61 990
Correcções exercício anteriores	2 083	1 408
	55 607	105 629

26. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Impostos	7 679	4 046
Gastos e perdas nos restantes invest. Financ.	91 931	1 917 382
Outros	1 739	63 075
	101 349	1 984 503

27. Juros e Rendimentos similares recebidos

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

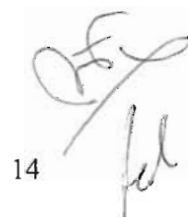
Descrição	2017	2016
Depositos bancarios	40 705	80 822
Obrigações	38 630	12 924
Outros juros	-	-
Dividendos obtidos	14 011	-
	93 346	93 746

28. Juros e Gastos similares suportados

A rubrica de Juros e Gastos similares suportados é analisada como segue:

Descrição	2017	2016
Juros de financiamento	-	439
Outros	-	270
	-	710





29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº5 do artº66 do Código das Sociedades Comerciais.

30. Informações exigidas por diplomas legais

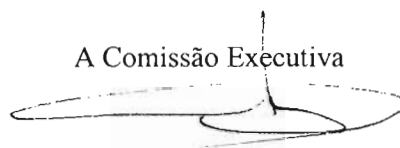
A Fundação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artº209º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, informa-se que a situação da Fundação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

O Contabilista Certificado



A Comissão Executiva



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO DE CAPITAL NO PERÍODO 2016

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)													
		Fundos	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Doações Diversas	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Fundo de Capital
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	551.521						(4.482.113)			18.355.523	(331.381)	14.093.550		14.093.550
								(331.381)				331.381	(0)		(0)
								(331.381)				331.381	(0)		(0)
Resultado líquido do período	7										(2.691.906)	(2.691.906)		(2.691.906)	
Resultado integral	8										(2.360.525)	(2.691.906)		(2.691.906)	
9 = 7+8															
Operações com detentores de Fundo Capital:	10														
Realizações de fundos	6+7+8+10														
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016		551.521						(4.813.494)			18.355.523	(2.691.906)	11.401.644		11.401.644





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO FUNDO DE CAPITAL NO PERÍODO 2017

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)													
		Fundos	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Doações Diversas	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Fundo de Capital
6		551.521						(4.813.494)			18.355.523	(2.691.906)	11.401.644		11.401.644
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem. financeiras															
Realização do exced.revalor.AFT e AI															
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no fundo de capital															
7							(2.691.906)					2.691.906	()		0
8												(95.116)	(95.116)		(95.116)
9 = 7+8												2.596.790	(95.116)		(95.116)
Resultado líquido do período															
Resultado integral															
Operações com detentores de Fundo Capital:															
Realizações de fundos															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
10										2.500			2.500		2.500
6+7+8+10		551.521					(7.505.400)			18.358.023		(95.116)	11.309.028		11.309.028
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2017															

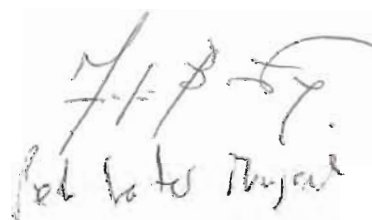


FLUXOS DE CAIXA DA FUNDAÇÃO STANLEY HO
Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2017

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	232.478,65	193.179,47
Pagamentos a fornecedores	(294.938,81)	(599.615,39)
Pagamentos ao pessoal	(136.937,35)	(137.536,47)
Caixa gerada pelas operações	(199.397,51)	(543.972,39)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	2.914,23	(16.331,08)
Outros recebimentos/pagamentos	(231.766,73)	(1.855.671,75)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(428.250,01)	(2.415.975,22)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(24.422,67)	(557.838,33)
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros ativos		
Subtotal	(24.422,67)	(557.838,33)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	42.230,65
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	99.881,41	60.062,67
Outros ativos	0,00	7.382.208,88
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	173.442,33	63.398,04
Dividendos		
Subtotal	273.323,74	7.547.900,24
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	248.901,07	6.990.061,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações	2.500,00	0,00
Outras operações de financiamento		
Subtotal	2.500,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	0,00	(709,63)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Subtotal	0,00	(709,63)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	2.500,00	(709,63)
Variação de caixa e seus equivalentes		
(4) = (1) + (2) + (3)	(176.848,94)	4.573.377,06
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.635.932,79	1.062.555,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.459.083,85	5.635.932,79

O Contabilista Certificado

A Comissão Executiva

Anexo à Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2017

	2017	2016
Numerário	101,43	222,65
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	146.311,19	26.515,59
Equivalentes a caixa		
Depósitos a prazo	1.535.000,00	5.040.000,00
Outras disponibilidades		
Outros Instrumentos Financeiros	3.777.671,23	569.194,55
TOTAIS	5.459.083,85	5.635.932,79

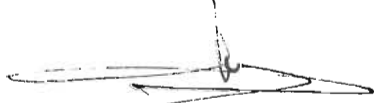


FUNDAÇÃO STANLEY HO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
Vendas e serviços prestados	230.928,64	186.042,11
Custo das vendas e dos serviços prestados	(186.083,53)	(130.045,76)
Resultado bruto	44.845,11	55.996,35
Outros rendimentos	330.166,53	269.386,72
Gastos de distribuição	0,00	0,00
Gastos administrativos	(227.908,60)	(600.151,47)
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00
Outros gastos	(242.218,71)	(2.416.428,11)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(95.115,67)	(2.691.196,51)
Gastos de financiamento (líquidos)		(709,63)
Resultados antes de impostos	(95.115,67)	(2.691.906,14)
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultados líquido do período	(95.115,67)	(2.691.906,14)

A Comissão Executiva



7-1-15
Lida Lato Mayari

O Contabilista Certificado



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

**EXMA. ADMINISTRAÇÃO
FUNDAÇÃO STANLEY HO
EDIFÍCIO PEDRO ÁLVARES CABRAL
DOCA DE ALCÂNTARA (Norte)
1350-352 LISBOA**

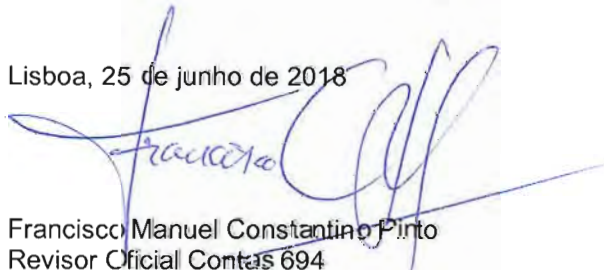
RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido na sequência do trabalho desenvolvido relativamente à Revisão às Contas de 2017.
2. Procedi à revisão legal das contas dessa empresa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade que considerei necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emiti a Certificação Legal de Contas, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.
3. No decorrer do exercício acompanhámos a atividade da Fundação, através da informação contabilística e da respectiva documentação de suporte, através dos serviços, assim como pelo trabalho desenvolvido sobre as demonstrações financeiras.
4. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - (a) Acompanhamento da atividade e gestão da empresa, e reuniões com os responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerei necessários;
 - (b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no Anexo;
 - (c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos que lhes servem de suporte.
 - (d) Análise do sistema de organização da empresa, com vista ao planeamento do âmbito e extensões dos procedimentos de auditoria, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados;
 - (e) Realização dos testes substantivos, que considerei adequados em função da materialidade dos valores envolvidos;
 - (f) Análise, conferência das reconciliações bancárias e da resposta à circularização bancária dos saldos a 31 de Dezembro.
 - (g) Solicitação ao advogado e outras entidades de informações e saldos a 31 de dezembro, responsabilidades, litígios, acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais;

- (h) Análise aos movimentos e saldos das contas a receber e a pagar;
- (i) Verificação da situação fiscal e análise aos movimentos e saldos das contas do Estado e Outros Entes Públicos;
- (j) Conforme mencionado nos anos anteriores, foi concedido no ano de 2008 à Fundação um empréstimo de 500.000,00 euros pelo Dr. Stanley Ho que ainda não se encontra formalizado por contrato.
- (k) Foi considerado na rubrica de Acréscimos de Rendimentos em 2015 o montante de 227.810,40 euros, referente às rendas a receber da Empresa Hospalis – Hospital Particular de Lisboa. Como referido no Relatório de Gestão, esta empresa apresentou-se à falência e encontra-se em situação de liquidação judicial, sendo a fundação considerada pelo tribunal como credora da massa falida.
- (l) Foram calculados os Custos Estatutários a atribuir aos herdeiros contabilizados como valores a pagar nas contas 2789. Recordo, que como inicialmente defendi nos primeiros anos da afetação destes valores, a Fundação deve pedir um Parecer Fiscal Vinculativo à Administração Fiscal sobre o tratamento em sede de IRS dos referidos valores, pois, salvo melhor opinião, quando os valores são contabilizados em cada uma das contas dos beneficiários deveriam ser sujeitos a retenção de IRS. Não tendo sido esse o tratamento até à presente data, deve sê-lo quando do seu pagamento.
- (m) A empresa reforçou as imparidades no valor de 6.068,29 euros referente à participação na Mundinter.
- (n) No exercício de 2016, a Fundação Oriente procedeu à venda da Empresa Mundinter. Existe um empréstimo a esta empresa no montante de 64.195,29 euros, tendo havido um acordo de pagamentos, no qual em 2017 foi reembolsado no montante de 22.125,29 euros. Os restantes montantes serão reembolsados em 2018 (21.000,00 euros) e 2019 (21.000,00 euros).
- (o) Análise aos movimentos e saldos das contas do ativo fixo e depreciações praticadas;
- (p) A fundação procedeu à alienação do lote 30 e 31 situado em Valejas, freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras, contabilizado na rubrica de Ativos Não Correntes detidos para Venda, originando uma menos-valia de 91.931,10 euros que se encontra devidamente contabilizada
- (q) Análise e testes dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- (r) Análise aos cálculos da estimativa dos impostos diferidos e do IRC a pagar;
- (s) Análise aos movimentos nas contas de fundos patrimoniais;

Lisboa, 25 de junho de 2018


Francisco Manuel Constantino Pinto
Revisor Oficial Contas 694